



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13950 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT06 - Educação Popular

EDUCADORAS QUE ATUAM NO CÁRCERE: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR

Raylene Barbosa Moreira - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

EDUCADORAS QUE ATUAM NO CÁRCERE: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR

Resumo: O presente trabalho é resultado da pesquisa construída com mulheres educadoras na Penitenciária Estadual do Rio Grande, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul. Este trabalho compõe uma pesquisa ampla intitulada *Educação popular, mulheres e pedagogias periféricas*. Como objetivo geral, buscamos compreender as redes criadas pelas mulheres e o trabalho delas nos espaços de privação de liberdade. Utilizamos como instrumento metodológico a pesquisa de caráter qualitativo, com aplicação de entrevista semi-estruturada. Priorizamos uma abordagem crítica, com influência da etnografia. Concluímos que, a partir da perspectiva das mulheres que trabalham no cárcere, é possível perceber que há uma rede de esperança e de esforço entre as mulheres da pesquisa para garantir os direitos das pessoas presas, e, sobretudo, a possibilidade de trabalho a partir dos princípios da educação popular.

Palavras-chave: Educação Popular, Cárcere, Educação de Jovens e Adultos, Feminismo.

Introdução

Esta pesquisa buscou compreender e ouvir as mulheres que atuam com a educação, de forma direta ou indireta, assim como nos ensinou Carlos Rodrigues Brandão (2007), ao dizer

que todos os espaços nos educam, considerando as diferentes identidades e culturas.

Repensar o cárcere e como ele aprisiona não somente entre os muros, mas a mente e os corpos, rotulando e escolhendo seu alvo através de uma (in)justiça, também se tornou fundamental nesta pesquisa. E essa relevância se deu pelo momento político e social em que esta pesquisa foi realizada, onde os que perpetuam a desigualdade e a seletividade ocupam o poder e são vangloriados por boa parte da sociedade ^[1].

Quem são as mulheres trabalhadoras que atuam em espaços de privação de liberdade? Como realizar um trabalho educacional em um lugar cercado de estigmas e pré-conceitos? Em um lugar tão complexo e desafiador como o cárcere, os questionamentos são inesgotáveis e, por este motivo, nos restringimos somente a estas duas perguntas.

Diante dos questionamentos que inicialmente foram apontados, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender as redes criadas pelas mulheres e o trabalho delas nos espaços de privação de liberdade, bem como as tensões existentes nesses espaços. Ressaltamos que este trabalho foi construído a partir da perspectiva das educadoras sobre o trabalho e os projetos que elas realizam. Assim, por meio das falas das educadoras atuantes nesse sistema (que são as mulheres que trabalham na equipe multidisciplinar, que envolve a educação), foi possível construir caminhos que fazem e (re)fazem novas possibilidades.

Portanto, seguindo os pensamentos de Freire em diversos escritos, onde ele nos ensina a sonhar, esse trabalho parte da utopia da construção de uma sociedade justa, igualitária, que nos permita ocupar o lugar que nos é de direito, que permita que nós mesmas possamos contar nossas histórias, e que nossas múltiplas vozes sejam ouvidas. Partimos das reflexões do encarceramento em massa para pensar em como essas mulheres buscam fazer um movimento contrário a esse e, em que puderam encontrar na rede de esperança motivos para seguir.

Metodologia

Comprendemos ao longo do percurso da pesquisa que simplesmente observar e descrever não é realizar um trabalho de cunho etnográfico, pois precisamos olhar, realizar o trabalho de escuta e escrever. O etnógrafo é aquele que estranha o familiar, colocar-se numa posição de alteridade.

Velho (1978) nos aponta que é fundamental dentro da perspectiva antropológica que estranhemos o familiar. O ato de estranhar faz questionarmos e repensarmos a sociedade, as hierarquias, o que é familiar. Dauster (1997) permite-nos unir a antropologia e a educação, e nos auxilia a promover um olhar antropológico que utilize a etnografia.

Com relação à pesquisa etnográfica, podemos afirmar que “é um estudo de significado de “vida diária”. É uma postura/posição metodológica que se opõe aos modos tradicionais de manipular problemas de ordem social.” (LIMAS; DUPAS; OLIVEIRA; KAKEHASHI, 1996, p. 22).

É desse modo que podemos sonhar e criar utopias para um mundo possível. O que fazemos ao longo desse percurso, são caminhos para sair das nossas aporias (FREIRE, 1998)— dificuldade ou dúvida racional decorrente da impossibilidade objetiva de obter resposta, ou conclusão para uma determinada indagação.

Desse modo, destacamos a importância da entrevista para que seja possível contextualizar o trabalho, partindo dos princípios pré-estabelecidos em nossa conversa anterior com os autores a respeito da metodologia utilizada. E, conforme os apontamentos de André:

Em que medida se pode dizer que um trabalho pode ser caracterizado do tipo etnográfico em educação? Em primeiro lugar quando ele faz uso das técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, ou seja, a observação participante, a entrevista intensiva e a análise de documentos. (ANDRÉ, 2005, p. 24).

Utilizamos a entrevista semiestruturada para que possamos categorizar e compreender as relações contidas no espaço do cárcere. Também buscamos o alcance do objetivo proposto, na perspectiva das próprias mulheres entrevistadas.

A pesquisa qualitativa de cunho etnográfico se torna fundamental a partir do momento em que entendemos a necessidade de ecoar a voz das mulheres dentro de seu espaço de trabalho, assim como o aspecto educacional que por elas é desenvolvido. Partir do espaço de trabalho dessas mulheres tornará possível compreender o seu cotidiano e suas lutas, para que assim possam fazer do seu espaço de vivência um lugar mais justo.

Análise e Discussão de Resultados

A pesquisa foi realizada com educadoras que atuam no Presídio Estadual de Rio Grande — Rio Grande do Sul (PERG), a maior instituição penal do interior do estado. Ressaltamos que estamos falando do extremo sul, quase quatro horas da capital, Porto Alegre.

Muito além de falar sobre o trabalho desenvolvido por essas mulheres nesse espaço, buscamos dar ouvidos e realizar o movimento de escuta, apoiadas na ideia de que essas

relações de opressão necessitam ser explicitadas, desconstruídas e repensadas a partir das nossas próprias falas. Pautadas na ideia de gênero de Saffioti, quando diz que "[...] o gênero é também estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe social e a raça e etnia." (2004, p. 87).

Um movimento a contrapelo do que foi pré-estabelecido para os presídios vem sendo realizado na PERG, de modo a desconstruir a lógica do encarceramento em massa e alijamento desses sujeitos e sujeitas da sociedade. Mulheres vem realizando um trabalho revolucionário no contexto da educação no cárcere, a partir da perspectiva da educação popular, como por exemplo, o movimento de remição de pena por meio da leitura.

Em uma das socializações das trabalhadoras sobre o trabalho realizado, podemos ver alguns livros lidos, principalmente pelas mulheres encarceradas. O projeto "Ler é Liberdade" contempla as áreas de letras, literatura e direitos humanos, como mobilização política para assegurar o movimento educacional no interior da prisão. O projeto, realizado de forma revolucionária, pretende desenvolver: a leitura de obras previamente escolhidas pelos organizadores do projeto; rodas de conversa sobre as obras e seus autores; dissertações escritas cujo conteúdo seja a reflexão crítica sobre a obra.

A proposta realizada pelas mulheres consiste na organização de ciclos de leituras escolhidas de forma prévia pelas organizadoras do projeto, em conjunto com a coordenação penitenciária. As pessoas que estão encarceradas produziram material escrito, bem como diversos poemas, diários, dentre outros materiais elaborados em conjunto e de forma significativa, utilizando para isso o método Paulo Freire.

Entendemos o sistema prisional como um sistema de readequação e aprisionamento dos corpos, em seu aspecto físico, mas também, consideramos o aspecto interno de cada ser humano. Nesse espaço de penitência, lugar onde se paga os pecados de acordo com a visão social pré-estabelecida, dialogamos com Foucault no livro "*Vigiar e Punir*" (1975), quando trata do aprisionamento dos corpos, permitindo-nos refletir sobre as relações de poder, que estão diretamente ligadas a esse aprisionamento.

Compreendemos o espaço do cárcere como o espaço cercado pelas relações de poder, que irão nos permear ao longo de toda nossa trajetória de vida. E o trabalho que as mulheres que compõem a pesquisa buscam realizar é justamente o de desnaturalizar as relações construídas pelo espaço do cárcere. Borges (2018) nos aponta que a população carcerária no Brasil só cresce, ocupamos uma das primeiras colocações no *ranking* de população carcerária, e, ainda assim, os conservadores e a extrema direita continuam acreditando nesse sistema e suas medidas punitivas. Desnaturalizar esse sistema, é, antes de tudo, mexer em uma das feridas da extrema direita, e que tem como alvo as classes populares.

De acordo com Angela Davis, o processo de desnaturalizar que o sistema prisional é um lugar que deve existir na sociedade, que precisamos dela e que há uma parte da

população que está destinada a enfrentá-la e, a outra, destinada a ignorá-la. “A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem a sociedade da qual os prisioneiros são oriundos”. (DAVIS, 2018, p. 17).

O sistema prisional é cercado por injustiça e desigualdades, preparado para manter a classe dominante no poder e aumentar ainda mais o abismo entre uma vida digna e o “bandido”. Não obstante, ocupamos uma das primeiras colocações, senão, caminhamos para a primeira. A separação entre “bandido” e “cidadão de bem”, está na “ordem das bicadas”. É inegável o avanço das discussões a respeito do sistema prisional no Brasil.

O que seria essa educação da/na prisão? A perspectiva da educação abordada neste presente trabalho parte da experiência e das tentativas das mulheres em desconstruir o que foi naturalizado. Nesse sentido, Freire destaca que a educação para ser válida, deve levar em consideração a vocação do indivíduo em “ser sujeito” e seu contexto. Isto é, “[...] saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época. (FREIRE, 1983, p. 44).

Foucault (1975) também nos permite refletir sobre esses espaços, e nos atenta para o fato de que eles não foram elaborados para que os egressos desse sistema pudessem (re)aprender, seja através de seu trabalho, ou pela educação. Quando pensamos na educação oferecida no sistema prisional, consideremos ainda a fala de Foucault quando diz: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento, ela é a grande força de pensar.” (1987, p. 224).

O diálogo é com as mulheres que constroem a esperança dentro dos espaços de dor, com um projeto sem financiamento do governo. Essas mulheres acreditam em um trabalho que, para além do voluntário, seja revolucionário. Falamos com mulheres que são mães, que são ativistas (ou não), falamos com mulheres que lidam todos os dias com a dor do cárcere, que compreendem a importância de seu trabalho.

Essas mulheres têm muito para nos contar. Temos muito o que conversar e muito a dizer para as pessoas que acreditam que precisamos construir mais prisões ao invés de escola, que acreditam que a prisão é um espaço que não faz parte da sociedade, para todos e todas que pensam no encarceramento como uma solução de combate às drogas, de combate aos crimes. Nesse ambiente há luta, há esperança, há dedicação, as mulheres, a partir da perspectiva de Freire, buscam construir a paz neste espaço de dor e sofrimento.

Considerações Finais

O trabalho realizado por essas mulheres não é um trabalho neutro, é um trabalho comprometido em lutar contra o encarceramento em massa, e comprometido com o diálogo com os diferentes e, mesmo que de forma inconsciente, enfrentam o sistema. A base para que o trabalho das mulheres seja desenvolvido são as falas e metodologias de Freire.

Falar que há um sucateamento das prisões e que não há um local adequado para que essas profissionais realizem o seu trabalho parece a única alternativa para expressarmos as dificuldades enfrentadas por essas mulheres ao tentarem realizar o seu trabalho. Além da superlotação dos presídios, falamos também do sucateamento de estruturas, do abandono por parte do Estado e, muitas vezes, o abandono por parte da administração do presídio.

Falar sobre a construção da paz, contrário ao que parece, exige de nós, exige delas, uma constante postura ativa. Exige que se posicionem. Pensar em construir a paz é também pensar a respeito dos direitos humanos, é pensar em uma luta não violenta, mas que exige de nós o diálogo com os diferentes, exige ações e confronto frente às desigualdades presente na nossa vida e principalmente neste cotidiano de trabalho. Falar em construção da paz exige de nós a “amorosidade na luta”.

Referências

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 12ª edição, 2005.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DAUSTER, Tania. Um outro olhar: Entre a antropologia e a educação. **Cafajeste. CEDES**, Campinas, v. 18, n. 43, pág. 38-45, dezembro de 1997. Disponível em . acesso em 10 de setembro de 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621997000200004>.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?**; tradução: Marina Vargas – 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LIMA, C.M.G. de; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.de; KAKEHASHI, S. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. **Rev. latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 21-30, janeiro

1996.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

[1] <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/04/17/bolsonaro-e-denunciado-na-onu-por-apologia-a-tortura-e-desmonte-de-controle.htm>> Acesso em: 15 de março de 2023.